

## **Elektro Redes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Elektro Redes S.A. (“Elektro Redes” ou “Companhia”), com sede no município de Campinas, no estado de São Paulo, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e listada, como companhia de capital aberto e têm suas ações (0,32% do capital total) negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (nova razão social da BM&F Bovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros). A Companhia tem como controladora a NEOENERGIA S.A. (“Neoenergia”) e é uma concessionária de serviço público que atua no segmento de distribuição de energia elétrica, e suas demonstrações financeiras refletem essa atividade, que constitui seu único segmento operacional. Os seus negócios, incluindo os serviços prestados e as tarifas cobradas, são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A área de concessão da Companhia é constituída por 228 municípios, dos quais 223 estão localizados no Estado de São Paulo, e os outros 5 no Estado de Mato Grosso do Sul. A concessão do serviço público de energia se deu pelo Contrato de Concessão de Distribuição nº 187/98, com vencimento em 2028, podendo ser prorrogado por no máximo 30 anos, por requerimento da Companhia e a critério da ANEEL.

Em 8 de junho de 2017, a Elektro Redes divulgou ao mercado um fato relevante informando um acordo de associação para regular a incorporação da Elektro Holding S.A. (“Elektro Holding”), então controladora da Elektro Redes, pela Neoenergia. Em 24 de agosto de 2017, tendo em vista a obtenção das aprovações da ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, bem como a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas de ambas as empresas, foi consumada a incorporação da Elektro Holding pela Neoenergia.

## **Elektro Redes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

## **2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *Internacional Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 13 de fevereiro de 2019.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

### **2.2. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira e são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

### **2.3. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas contábeis. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa 26 de estimativa de valor justo.

### **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

## **Elektro Redes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados – nota explicativa nº 23
- (ii) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE – nota explicativa nº 10
- (iii) reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados, vide nota explicativa nº 9;
- (iv) critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão; e cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor, vide nota explicativa nº 11;
- (v) a análise do risco de crédito para determinação da provisão esperada de créditos de liquidação duvidosa, vide nota explicativa nº 7;
- (vi) definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, vide nota explicativa nº 26;
- (vii) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, vide nota explicativa nº 17;
- (viii) reconhecimento dos valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros, vide nota explicativa nº 10; e
- (ix) reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Vide nota explicativa nº 28.

### **2.5. Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

#### **a) Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

##### **(i) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão, valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

## **Elektro Redes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

### Classificação e mensuração subsequente

#### *Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

## **Elektro Redes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### *Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018*

A Companhia faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

(i) as políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos;

(ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados;

(iii) como os gestores da Companhia são remunerados, como no exemplo: se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais coletados; e

(iv) a frequência, o volume e a época das vendas de ativos financeiros em exercícios anteriores, as razões para tais vendas e as expectativas sobre a atividade de vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas para esse fim, consistentes com o reconhecimento contínuo dos ativos pela Companhia.

Ativos financeiros que são mantidos para negociação ou são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo são mensurados pelo VJR.

### *Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018*

Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

<b>Ativos financeiros ao VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<b>Instrumentos de dívida ao VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.
<b>Instrumentos patrimoniais ao VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os dividendos são reconhecidos como receita no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

### Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- (i) empréstimos e recebíveis;
- (ii) mantidos até o vencimento;
- (iii) disponível para venda; e
- (iv) ao VJR, e nesta categoria como:
  - mantidos para negociação;
  - instrumentos derivativos de *hedge*; ou
  - designado ao VJR.

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

<b>Ativos financeiros ao VJR</b>	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado.
<b>Ativos financeiros mantidos até o vencimento</b>	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, exceto perdas por redução ao valor recuperável, receitas de juros e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, foram reconhecidos em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido foi reclassificado para o resultado.

#### (ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### (iii) Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### (iv) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (“hedge accounting”)

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas

## **Elektro Redes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido.

### Política aplicável após de 1º de janeiro de 2018

No início de relacionamentos de *hedge* designados, a Companhia documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

### Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em ORA, e são limitadas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por *hedge*, determinado com base no valor presente, desde a designação do *hedge*. Qualquer parcela ineficaz de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilidade de *hedge* ou se o instrumento de *hedge* for vendido, rescindido, exercido ou expirar, a contabilidade de *hedge* será descontinuada prospectivamente.

### Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A política aplicada nas informações comparativas apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é semelhante à aplicada em 2018. No entanto, para todos os *hedges* de fluxo de caixa, os valores acumulados em ORA foram reclassificados para o resultado no mesmo exercício ou exercícios durante os quais o fluxo de caixa futuro esperado protegido por *hedge* afetou o resultado.

## **b) Análise do valor de recuperação dos ativos**

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

## **c) Contrato de concessão de serviços públicos**

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Elektro, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que:

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.

## **Elektro Redes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras, que fornece orientação sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição. Em decorrência da norma, os efeitos da aplicação são os seguintes:

- (i) A parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- (ii) A parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão.
- (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

### **d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração da Companhia.

### **e) Subvenções governamentais**

São reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como "Outras Receitas", em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como "Outras Receitas" em uma base sistemática durante os exercícios em que as despesas correlatas são registradas.

## **Elektro Redes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **f) Valores a compensar/(repassar) da Parcela A**

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

### **g) *Impairment* de ativos não financeiros**

A Administração da Companhia revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda no valor recuperável dos ativos não financeiros de vida útil definida. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia efetua o cálculo de *impairment* e caso o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o ativo. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a Companhia opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da Companhia é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

## **Elektro Redes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia efetuou análise de seus ativos e não identificou indicativos de deterioração ou perda ao valor recuperável, não havendo necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

### **h) Benefícios a empregados**

#### Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

#### Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

As premissas econômicas e financeiras para efeitos dessa avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da Companhia.

### **i) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 milhões para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

## **Elektro Redes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

### **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

O Imposto de Renda Pessoal Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (“CSLL”) diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

### **j) Provisões**

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

### **k) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)**

A PPECLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor.

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. As mudanças promovidas pelo referido pronunciamento técnico implica que as provisões para perdas de créditos de liquidação duvidosa sejam mensuradas com base em estimativa confiável de um histórico de perdas, sendo estes deduzidos das receitas de contratos com clientes já no reconhecimento inicial, e não mais em momento em que tais perdas sejam prováveis. Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas à provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa e o efeito da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9

## **Elektro Redes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

estão descritos na nota explicativa 2.6. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa 25.

### **l) Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia.

O faturamento, e respectivo reconhecimento da receita, dos serviços de distribuição de energia elétrica são efetuados de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Companhia.

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 estão descritos na nota explicativa 2.6.

### **m) Receitas e despesas financeiras**

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

### **n) Demonstrações do valor adicionado**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

## **Elektro Redes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **o) Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

### **p) Informação por segmento**

A Companhia possui apenas um segmento, o de distribuição de energia, portanto a Companhia não apresenta informações segmentadas em nota específica.

## **2.6. Principais mudanças nas políticas contábeis**

### **I – Pronunciamento técnico CPC 47 – Receita de contratos com clientes (IFRS 15 - *Revenue from contracts with customers*)**

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o exercício comparativo apresentado.

Esta norma requer que a Companhia deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável.

A Companhia é avaliada pela ANEEL em diversos aspectos no fornecimento de energia elétrica para clientes. Entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecidos aos consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade individuais Duração de Interrupção Individual por unidade Consumidora (“DIC”), Frequência de Interrupção Individual por unidade Consumidora (“FIC”), Duração Máxima de Interrupção Contínua por unidade Consumidora (“DMIC”) e Duração da Interrupção Individual ocorrida em Dia Crítico por unidade Consumidora (“DICRI”). As informações sobre os indicadores de performance e o referido impacto contábil após a adoção do CPC 47 / IFRS 15 é como segue apresentado:

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

Tipo de produto / serviço	Natureza e momento de satisfação das obrigações de desempenho, incluindo prazos de pagamento significativos	Reconhecimento de receita de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)	Reconhecimento de receita sob o CPC 30 / IAS 18 (aplicável antes 1º de janeiro de 2018)
Receitas de uso da rede de distribuição ("TUSD")	Indicadores de continuidade de serviços individuais. Descumpridos os indicadores, a Companhia é obrigada a ressarcir os clientes, através de penalidades que são descontadas na fatura de consumo de energia.	A receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Portanto, as penalidades devem ser contabilizadas como redutoras da TUSD.	A receita deve ser reconhecida valor justo, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações. Portanto, as penalidades eram contabilizadas como despesa operacional.

A norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso, deixaram de ter as respectivas receitas reconhecidas.

Os impactos da adoção do IFRS 15/CPC 47 na Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2018 estão apresentados a seguir:

	Ref	Saldo reportado em 2018	Ajustes CPC 47/IFRS 15	Saldos sem adoção do CPC 47/IFRS 15
Receita líquida	(a)/(b)	6.249.356	16.741	6.266.097
Custo do serviço		(5.349.668)	(12.809)	(5.362.477)
Despesa com vendas	(a)	(106.105)	(3.932)	(110.037)
Outras receitas/(Despesas gerais e administrativas)	(b)	(59.097)	-	(59.097)
Resultado financeiro		(147.044)	-	(147.044)
Imposto de renda e contribuição social		(173.110)	-	(173.110)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>414.332</b>	<b>-</b>	<b>414.332</b>

- (a) Valor total da receita não reconhecida de contratos com clientes que apresentem longo histórico de inadimplência.  
(b) Valor total de penalidades contabilizado como redução da TUSD.

## II – Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9 – *Financial Instruments*)

A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de exercícios anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 foram reconhecidas nos lucros acumulados.

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

- Classificação e Mensuração– Ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado a seguir, não havendo assim impacto significativo nas informações contábeis da Companhia.

R\$ mil	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 01/01/2018
<b>Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)</b>			
Caixa e equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	Custo amortizado	Custo amortizado	501.646
Títulos e valores mobiliários – Aplicações financeiras	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado	5.646
Contas a receber de clientes e outros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.451.420
Concessão do serviço público - Indenização	Disponível para venda	VJR	1.307.440
Valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	324.108
Swap de taxa de juros	VJR	VJR	174.480
Non-deliverable forwards (NDF)	VJORA	VJORA	27
<b>Total de ativos financeiros</b>			<b>3.266.179</b>
<b>Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)</b>			
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	710.340
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	881.998
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado	699.998
Empréstimos e financiamentos	VJR	VJR	1.396.058
Swap de taxa de juros	VJR	VJR	152
<b>Total de passivos financeiros</b>			<b>3.688.546</b>

- Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

Na aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de *hedge* do CPC 38 / IAS 39 em vez dos novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9, e optou por aplicar os novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9.

Os novos requerimentos do CPC 48/IFRS 9 asseguram um modelo menos restritivo ao *hedge*, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge*, em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco.

A Companhia já utilizava a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as diferenças de moedas estrangeiras entre a moeda funcional da operação no exterior e a moeda funcional da Companhia (Real), em contratos de derivativos para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos. A adoção desta norma não gerou nenhum impacto para a Companhia.

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

- Redução ao valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (residencial, industrial, comercial, rural e setor público). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

- (i) Adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 em 01/01/2018 – Diferenças reconhecidas em lucros acumulados

<b>Em R\$ mil</b>	<b>Impairment adicional</b>
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	(5.985)
Impostos diferidos	2.034
<b>Perdas adicionais por redução ao valor recuperável</b>	<b>(3.951)</b>

### III – Outras alterações:

As seguintes normas e interpretações alteradas não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao IFRS 4 (*Insurance Contracts*) para adequação à aplicação da IFRS 9 (*Financial Instruments*).
- Transferências de propriedade de investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 36 - Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

### 2.7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

## **Elektro Redes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **(i) IFRS 16 Leases / CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil**

O CPC 06 passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

A norma é efetiva para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia apurou o impacto em suas demonstrações financeiras, tendo considerado no impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial as condições econômicas em 1º de janeiro de 2019, incluindo a taxa de endividamento da Companhia, a composição da carteira de arrendamento e a intenção da Companhia em exercer quaisquer opções de renovação de arrendamento. A Companhia optou por usar o expediente prático de transição previsto pela IFRS 16, o que representará a aplicação retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais dos ajustes promovidos pela referida norma, que representa a não reapresentação dos saldos nas futuras demonstrações financeiras a publicar, evidenciando em nota explicativa os impactos da adoção sobre os saldos na data-base 1º de janeiro de 2019. Em conformidade com as IFRS 16, a Companhia optou também por adotar isenções de reconhecimento para arrendamentos de curto prazo sem opção de compra e renovações previstas, assim como para itens de baixo valor.

Os impactos mais significativos identificados pela adoção das IFRS 16 nos ativos e passivos da Companhia foram pelos seguintes arrendamentos operacionais:

(a) Imóveis não residenciais para a instalação de agências e centros de distribuição;

Adicionalmente, a IFRS 16 substituiu a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*), cujos limites máximos de alavancagem em empréstimos se encontram descritos na nota explicativa 14.

A Companhia apurou os valores para a aplicação dos requerimentos IFRS 16/CPC 06 em 1º de janeiro de 2019, resultando nos impactos como segue:

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

Em R\$ mil	Saldos em 1º de janeiro de 2019		
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido
Ativos de direito de uso	27.691	-	-
Obrigações por arrendamentos mercantis operacionais	-	27.691	-
Lucros acumulados	27.691	27.691	-

### (ii) ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments*)

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a Companhia deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação. A Companhia está avaliando os impactos desta norma, mas não espera mudanças relevantes em relação a posição das contingências fiscais divulgadas na nota explicativa 17.

### (iii) Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Pronunciamento Técnico / Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017 - Alterações à diversos pronunciamentos contábeis.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Alterações em função da edição do CPC 06 (R2);</li><li>• Alterações em participações de longo prazo em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto;</li><li>• Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação do plano;</li><li>• Transição para recursos de pagamento antecipado com compensação negativa;</li><li>• Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 – 2017;</li><li>• Alterações anuais feitas pelo CPC para compatibilizar plenamente pronunciamentos anteriormente emitidos às IFRS.</li></ul>	1º de janeiro de 2019
CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária (IAS 29 - <i>Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i> ) e ICPC 23 – Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária prevista no CPC (IFRIC 7 - <i>Applying the Restatement Approach under IAS 29 Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i> )	O Comitê de Pronunciamentos Contábeis deliberou oferecer à audiência pública o pronunciamento sobre economia hiperinflacionária e a correspondente interpretação técnica considerando que, apesar da sua inaplicabilidade na situação brasileira atual (tendo em vista que os níveis inflacionários no Brasil estão abaixo dos limites convencionados internacionalmente como hiperinflação), esses normativos contábeis são requeridos nas situações de investidas em países com hiperinflação para que as demonstrações contábeis elaboradas pelas empresas brasileiras estejam completamente convergentes às normas internacionais de contabilidade.	Sem previsão informada pelo CPC

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

<b>Pronunciamento Técnico / Interpretação</b>	<b>Propósito das Alterações</b>	<b>Vigência a partir de</b>
CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria (IAS 26 – <i>Accounting and Reporting by Retirement Benefit Plans</i> )	Este pronunciamento técnico estabelece os princípios aplicados nas demonstrações contábeis de planos de benefícios de aposentadoria. Os planos de benefícios de aposentadoria algumas vezes são referidos por vários outros nomes, tais como “planos de benefício previdenciário”, “planos de pensão”, “planos de aposentadoria” ou “planos de benefício de aposentadoria”. Este pronunciamento considera um plano de benefícios de aposentadoria como a Companhia que reporta separada dos empregadores/instituidores dos participantes no plano. Todos os outros pronunciamentos emitidos pelo CPC se aplicam às demonstrações contábeis de planos de benefícios de aposentadoria na medida em que não forem substituídos por este pronunciamento.	1º de janeiro de 2019
IFRS 9 – <i>Financial Instruments</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre recursos de pré-pagamento com compensação negativa.	1º de janeiro de 2019
IAS 28 – <i>Investments in Associates and Joint Ventures</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre participações de longo prazo em coligadas e <i>joint ventures</i> .	1º de janeiro de 2019
IAS 19 – <i>Employee Benefits</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre alteração do Plano, contingenciamentos/reduções ou liquidação.	1º de janeiro de 2019
<i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i>	Aditivos para correção de referências do <i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i> .	1º de janeiro de 2020
IFRS 17 – <i>Insurance Contracts</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para aprimoramento de dispositivos sobre aspectos diversos de contabilização e divulgação de empresas seguradoras.	1º de janeiro de 2021
IFRS 10 – <i>Consolidated Financial Statements</i> e IAS 28 – <i>Investments in Associates and Joint Ventures</i>	Alterações aos pronunciamentos técnicos para inclusão de dispositivos sobre venda ou contribuição com ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	Disponível para adoção opcional. Data efetiva para adoção adiada indefinidamente.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para companhias que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 3. RECLASSIFICAÇÕES DE SALDOS COMPARATIVOS

Alguns saldos das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, originalmente publicadas em 16 de fevereiro de 2018, apesar de imateriais, estão sendo reclassificados para fins de comparação com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Essas reclassificações estão sendo efetuadas visando principalmente o alinhamento de algumas políticas contábeis da Companhia com seu controlador, pois refletem a nova forma como o controlador monitora e avalia as informações da Companhia.

Abaixo demonstramos um resumo das peças contábeis que tiveram reclassificações imateriais, para uma melhor compreensão dos efeitos:

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 3.1 Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017.

<b>Balanço Patrimonial</b>	<b>Ref</b>	<b>2017</b>	<b>Reclassificações</b>	<b>2017</b>
		(Apresentado)		(Reclassificado)
<b>Ativo circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	(d)	501.530	116	501.646
Contas a receber de clientes e outros	(a)/(b)/(c)/(d)	1.363.160	55.470	1.418.630
Títulos e valores mobiliários	(d)	5.617	(116)	5.501
Instrumentos financeiros derivativos		45.632	-	45.632
Impostos e contribuições a recuperar	(d)	46.231	157	46.388
Valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros		219.271	-	219.271
Outros ativos circulantes	(b)	57.611	(24.353)	33.258
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.239.052</b>	<b>31.274</b>	<b>2.270.326</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>4.214.469</b>	<b>-</b>	<b>4.214.469</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>6.453.521</b>	<b>31.274</b>	<b>6.484.795</b>
<b>Passivo circulante</b>				
Fornecedores		710.340	-	710.340
Empréstimos e financiamentos	(d)	956.891	8	956.899
Debêntures		169.904	-	169.904
Instrumentos financeiros derivativos	(d)	32	(8)	24
Salários e encargos a pagar		67.820	-	67.820
Encargos setoriais	(a)	183.972	27.615	211.587
Impostos e contribuições a recolher	(d)	210.828	157	210.985
Dividendos e Juros sobre capital próprio		12	-	12
Outros passivos circulantes	(c)	65.379	3.502	68.881
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>2.365.178</b>	<b>31.274</b>	<b>2.396.452</b>
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>2.058.042</b>	<b>-</b>	<b>2.058.042</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.030.301</b>	<b>-</b>	<b>2.030.301</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>6.453.521</b>	<b>31.274</b>	<b>6.484.795</b>

- (a) Reclassificação de CDE - Bandeira tarifária não faturada, de contas a receber para encargos setoriais, para alinhamento com a classificação adotada pelo Grupo.
- (b) Reclassificação de CCRBT - Bandeira tarifária e de serviço de compartilhamento, de outros ativos para contas a receber para alinhamento com a classificação adotada pelo Grupo.
- (c) Reclassificação de ajustes de faturamento, de contas a receber para outros passivos para alinhamento com a classificação adotada pelo Grupo.
- (d) Reclassificações entre equivalentes de caixa e TVM, impostos a recuperar e a recolher, dívidas e derivativos para harmonização das práticas contábeis do Grupo.

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 3.2 Demonstração do resultado findo em 31 de dezembro de 2017.

	Ref.	Exercício findo em 31 de dezembro de 2017		
		(Apresentado)	Reclassificações	(Reclassificado)
Receita líquida	(a)/(b)	5,811.495	(2.394)	5,809.101
Custo dos serviços	(a)/(c)/(d)/(e)/(f)	(4.928.563)	68.208	(4.860.355)
Despesas com vendas	(c)/(d)	(106.243)	(63.085)	(169.328)
Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(e)/(f)/(g)	(81.012)	20.762	(60.250)
Lucro operacional		695.677	23.491	719.168
Receitas financeiras	(b)/(g)/(h)	124.521	355.899	480.420
Despesas financeiras	(h)	(282.326)	(379.390)	(661.716)
Impostos		(163.447)	-	(163.447)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>374.425</b>	<b>-</b>	<b>374.425</b>

- (a) Reclassificação de taxa de fiscalização serviço energia elétrica – TFSEE, de custo de operação para dedução de receita para alinhamento com a classificação adotada pelo Grupo.
- (b) Reclassificação da receita de multa de migração de clientes, de resultado financeiro para receita operacional para alinhamento com a classificação adotada pelo Grupo
- (c) Reclassificação de provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa, de custos de operação para despesas com vendas para alinhamento com a classificação adotada pelo Grupo.
- (d) Reclassificação de recuperação de despesa, de custos de operação para despesas com vendas para alinhamento com a classificação adotada pelo Grupo.
- (e) Reclassificação de reversão de contingências de custo de operação para despesas gerais e administrativas para alinhamento com a classificação adotada pelo Grupo.
- (f) Reclassificação de despesa com propaganda e sobra de inventário de custo de operação para despesas gerais e administrativas para alinhamento com a classificação adotada pelo Grupo.
- (g) Reclassificação da receita de multa por inadimplência do consumidor, de receita financeira para outras receitas/despesas gerais e administrativas para alinhamento com a classificação adotada pelo Grupo.
- (h) Reclassificação para apresentação dos resultados de variação cambial líquida entre receita e despesas financeiras para alinhamento com a classificação adotada pelo Grupo.

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 3.3 Demonstração do valor adicionado em 31 de dezembro de 2017.

	Ref.	Exercício findo em 31 de dezembro de 2017		
		Apresentado	Reclassificações	Reclassificado
Valor adicionado líquido	(b)/(c)	3.713.240	(242.991)	3.470.249
Valor adicionado recebido em transferência	(a)/(c)	124.521	365.412	489.933
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>3.837.761</b>	<b>122.421</b>	<b>3.960.182</b>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	(c)	310.082	(34)	310.048
Impostos, taxas e contribuições	(b)/(c)	2.870.928	(276.697)	2.594.231
Remuneração de capitais de terceiros		282.326	399.152	681.478
Juros e variações cambiais	(a)	282.326	379.390	661.716
Aluguéis	(c)	-	9.514	9.514
Outros		-	10.248	10.248
Remuneração de capitais próprios	(c)	374.425	-	374.425
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<b>3.837.761</b>	<b>122.421</b>	<b>3.960.182</b>

(a) Reclassificação de despesas com instrumentos financeiros e de variações monetárias/cambiais de dívida para receita financeira e reclassificação do valor de bandeira tarifária de impostos, taxas e contribuições para valor adicionado líquido, alinhada com as alterações efetuadas no quadro 3.2 acima.

### 3.4 Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2017.

Demonstração do fluxo de caixa	Ref.	Exercício findo em 31 de dezembro de 2017		
		(Apresentado)	Reclassificações	(Reclassificado)
Lucro líquido do exercício		374.425	-	374.425
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	(a)	597.363	(3.502)	593.861
Redução (aumento) dos ativos operacionais	(a)	(463.317)	(24.136)	(487.453)
Aumento (redução) dos passivos operacionais	(a)	(30.710)	27.638	(3.073)
Caixa oriundo das atividades operacionais		477.761	-	477.761
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(a)	(446.377)	116	(446.261)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		(429.167)	-	(429.167)
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(397.783)</b>	<b>116</b>	<b>(397.667)</b>

A natureza das principais reclassificações realizadas estão relacionadas com as alterações no balanço demonstradas no quadro 3.1 acima.

As mudanças efetuadas para alinhamento das políticas contábeis do Grupo ou melhor apresentação de saldos imateriais em períodos anteriores, não alteram de forma material a posição patrimonial e financeira da Companhia e portanto, não estão sendo reapresentadas pois tratam-se de ajustes imateriais.

## 4. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

### (i) Bandeiras tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor, os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico.

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

Em 13 de agosto de 2018, a Resolução Normativa ANEEL nº 826, alterou as regras de repasse, conforme proposta de abertura da 2ª fase da Audiência Pública nº 61/2017, onde foi sugerido que os valores mensais dos repasses financeiros da Conta Bandeiras fossem apurados após a alocação prioritária das receitas na área de concessão que as gerou. Desse modo, as empresas devedoras passaram a aportar na CCRBT apenas as receitas excedentes. Já as empresas credoras da CCRBT passaram a receber, a título de repasse, uma parcela desse excedente, proporcional ao seu custo não coberto por seus próprios recursos. Esta alteração aloca, de forma mais eficiente, os recursos provenientes das Bandeiras Tarifárias, mitigando o subsídio cruzado entre as distribuidoras e priorizando a alocação dos recursos nas áreas de concessão de origem.

Atualmente, existem quatro faixas de bandeiras: vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$50/MWh, vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, amarela, com acréscimo de R\$10/MWh e verde, sem acréscimo.

Nos doze meses de 2018 e 2017, vigoraram as bandeiras tarifárias conforme descrito a seguir:

	Cor da Bandeira	
	2018	2017
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Amarela
Abril	Verde	Vermelha Patamar 1
Maiο	Amarela	Vermelha Patamar 1
Junho	Vermelha Patamar 2	Verde
Julho	Vermelha Patamar 2	Amarela
Agosto	Vermelha Patamar 2	Vermelha Patamar 1
Setembro	Vermelha Patamar 2	Amarela
Outubro	Vermelha Patamar 2	Vermelha Patamar 2
Novembro	Amarela	Vermelha Patamar 2
Dezembro	Verde	Vermelha Patamar 1

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 290.104 (R\$ 290.272 em 31 de dezembro de 2017) de Bandeira Tarifária, sendo R\$ 246.111 (R\$ 220.505 em 31 de dezembro de 2017) recebidos através do faturamento das contas de energia, R\$ 60.881 (R\$ 69.767 em 31 de dezembro de 2017) a receber através da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT e R\$ 16.888 a devolver para Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifária, criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

### (ii) **Reajuste Tarifário Anual – IRT 2018**

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.437 de 21 de agosto de 2018, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia em 24,67%, dos quais 11,28% correspondem ao Reajuste Tarifário econômico e 13,39% aos componentes financeiros pertinentes. O efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 24,42%, sendo 26,75% para os consumidores de alta tensão e 23,20% baixa tensão.

As novas tarifas entraram em vigor a partir de 27 de agosto de 2018, com vigência até 26 de agosto de 2019.

## **Elektro Redes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **(iii) Decreto nº 8.221/14**

As distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para neutralizar esses efeitos.

Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária de 2015. Sendo assim, através da Resolução Normativa nº 2.004/15, a ANEEL homologou para a Companhia um incremento na tarifa equivalente a R\$ 27.535 por mês, que está sendo repassado à CCEE desde abril de 2015 até março de 2021, sendo atualizado periodicamente. Em 25 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.231, que homologou para a Companhia a atualização do valor, proporcionando R\$ 21.145 por mês, no período de abril de 2017 a março de 2018, e R\$ 27.535 no período de abril de 2018 a março de 2020. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou pagamentos no montante de R\$ 311.257 (R\$ 272.915 em 2017).

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

### **(iv) Decreto nº 9.642/2018 – Eliminação gradual de subsídios**

O decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, alterou o artigo 1º do decreto nº 7.891/2013, que trata da aplicação de descontos tarifários, de modo a vedar a cumulatividade de descontos sobre as tarifas de distribuição de energia elétrica, de maneira a prevalecer o que confere maior benefício ao consumidor (essa situação atualmente se aplica aos consumidores classificados na baixa tensão como rural, com atividade de irrigação e aquicultura realizada em horário especial). O decreto também determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos aplicados para os consumidores classificados de acordo com o § 2º do referido artigo sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero. Essas alterações não trarão impactos ao resultado da Companhia, pois os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, que repassam às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Dessa maneira, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores.

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Caixa e depósitos bancários à vista	73.777	8.975
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	168.879	492.671
Fundos de Investimento (a)	666.607	-
	<u>909.263</u>	<u>501.646</u>

Em 31 de dezembro de 2018, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

(a) Fundos de investimentos de caixa e equivalentes de caixa:

<b>Fundos de investimento</b>	
<b>Carteira</b>	<b>2018</b>
<b>BB Polo 28 FI Renda Fixa</b>	
BB Top Curto Prazo	
Compromissadas com lastro de títulos públicos	2.629
Títulos públicos	109
	<u>2.738</u>
<b>Bradesco FIC FI RF Referenciado DI Recife</b>	
Compromissadas com lastro de títulos públicos	54.882
Outros	(4)
	<u>54.878</u>
<b>Itaú Salvador Renda Fixa FICFI</b>	
Itaú curto prazo	
Compromissadas com lastro de títulos públicos	118.416
Compromissadas com lastro de títulos públicos	292.344
Outros	(20)
	<u>410.740</u>
<b>Santander FIC FI Natal Renda Fixa Referenciado DI</b>	
Compromissadas com lastro de títulos públicos	198.325
Outros	(74)
	<u>198.251</u>
<b>Total CEC - Fundos exclusivos</b>	<u>666.607</u>

### 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

São compostos por títulos de renda fixa, CDB e debêntures compromissadas, com taxas pós-fixadas, indexados à variação diária CDI.

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	2018	2017
<b>Aplicações Financeiras</b>			
BNP Paribas	CDB	31	30
Banco Bradesco	LFT	30	28
Banco Santander	CDB	236	5.442
Banco Votorantim	CDB	-	30
<b>Total Aplicações Financeiras</b>		<b>297</b>	<b>5.530</b>
<b>Aplicações Financeiras Vinculadas</b>			
Banco Santander	Fundo de Investimento	7.156	-
<b>Total Aplicações Financeiras Vinculadas</b>		<b>7.156</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>		<b>7.453</b>	<b>5.530</b>
<b>Circulante</b>		7.435	5.501
<b>Não circulante</b>		18	29

## 7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Nota	Ref.	2018	2017
Consumidores		(a)	1.141.404	1.040.523
Comercialização de energia na CCEE		(b)	19.004	19.004
Disponibilização do sistema de distribuição			353.897	276.145
Serviços prestados a terceiros			15.747	24.353
Serviços taxados e administrativos			1.032	762
Subvenções / subsídios governamentais		(c)	120.518	122.486
Partes relacionadas	24		2.908	58
Outros créditos			48.142	55.165
(-) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa		(d)	(106.748)	(87.076)
<b>Total</b>			<b>1.595.904</b>	<b>1.451.420</b>
Circulante			1.574.556	1.418.630
Não circulante			21.348	32.790

### a) Consumidores

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total		PPECLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	2018	2017	2018	2017
<b>Setor Privado</b>							
Residencial	129.336	136.888	43.622	309.846	286.589	(54.571)	(45.517)
Industrial	62.231	39.030	59.755	161.016	149.825	(24.688)	(18.092)
Comercial, serviços e outras	60.135	33.537	14.249	107.921	108.242	(18.395)	(14.451)
Rural	17.776	12.357	6.082	36.215	37.032	(4.332)	(3.392)
	<b>269.477</b>	<b>221.812</b>	<b>123.708</b>	<b>614.998</b>	<b>581.688</b>	<b>(101.986)</b>	<b>(81.452)</b>
<b>Setor Público</b>							
Federal	2.138	385	159	2.683	3.060	4	(59)
Estadual	8.325	1.501	621	10.447	12.117	17	(235)
Municipal	17.650	3.182	1.317	22.149	26.208	35	(509)
	<b>28.112</b>	<b>5.069</b>	<b>2.097</b>	<b>35.279</b>	<b>41.385</b>	<b>56</b>	<b>(803)</b>
Iluminação pública	16.673	6.212	1.478	24.363	23.099	(27)	-
Serviço público	30.342	5.926	883	37.151	33.094	(28)	(282)
Fornecimento não faturado	429.613	-	-	429.613	361.257	(901)	-
	<b>476.628</b>	<b>12.138</b>	<b>2.361</b>	<b>491.127</b>	<b>417.450</b>	<b>(956)</b>	<b>(282)</b>

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

<b>Total</b>	<b>774.217</b>	<b>239.019</b>	<b>128.166</b>	<b>1.141.404</b>	<b>1.040.523</b>	<b>(102.886)</b>	<b>(82.537)</b>
Circulante	754.233	239.019	128.166	1.121.420	1.013.649	(85.246)	(69.449)
Não circulante	19.984	-	-	19.984	26.874	(17.640)	(13.088)

As contas a receber de consumidores no ativo não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata *temporis*.

A Companhia possui operações de cessão de créditos de contas a receber de clientes, junto a instituições financeiras, com o objetivo de antecipar seu fluxo de caixa. Este contas a receber de clientes foi desreconhecido do balanço, tendo em vista que a Companhia transferiu para a instituição financeira todos os riscos e benefícios dos recebíveis cedidos sem direito de regresso, sendo o custo da transação da cessão de crédito reconhecido como despesa financeira. As informações a seguir demonstram o valor contábil do contas a receber cedido no mês de dezembro de 2018 e a apuração do custo da transação da cessão de crédito:

Preço da cessão	131.348
Valor contábil do contas a receber cedido	132.607
<b>Resultado da cessão</b>	<b>1.259</b>

### b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Refere-se a transações no âmbito da CCEE no período do racionamento de energia elétrica, entre 2000 e 2002, sendo: (i) R\$ 14.995 referentes a liminares interpostas junto à CCEE por agentes do setor; e (ii) R\$ 4.009 referentes a acordos bilaterais em negociação, e estão registrados no ativo não circulante. De acordo com análise realizada pelos assessores jurídicos da Companhia no âmbito da discussão judicial dos títulos em aberto, é improvável a não realização destes valores.

### c) Subvenções

#### (c.1) Baixa Renda – Tarifa Social:

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212 e 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 10.723 e referem-se aos meses de novembro e dezembro de 2018 (R\$ 8.520 em 31 de dezembro de 2017).

#### (c.2) CDE:

Em 21 de agosto de 2018, foi emitida a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.437/2018 aprovando o valor mensal de R\$ 34.666 a ser repassado pela CCEE durante o período de agosto de 2018 a julho de 2019.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 109.795 (R\$ 113.966 em 31 de dezembro de 2017).

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### d) Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa – PPECLD

	<u>Consumidores</u>	<u>Outros Créditos</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2017</b>	<b>(95.887)</b>	<b>(3.037)</b>	<b>(98.924)</b>
Adições	(85.467)	(1.505)	(86.972)
Reversões	4.727	3	4.730
Baixa para perdas (incobráveis)	94.090	-	94.090
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(82.537)</b>	<b>(4.539)</b>	<b>(87.076)</b>
Adoção inicial CPC 48 (i)	(5.985)	-	(5.985)
Adições	(94.358)	(1.285)	(95.643)
Reversões	8.505	1.962	10.467
Baixa para perdas (incobráveis)	71.489	-	71.489
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(102.886)</b>	<b>(3.862)</b>	<b>(106.748)</b>

(i) A Companhia aplicou inicialmente o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme descrito na nota explicativa 2.6.

## 8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>Ref.</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de Renda – IR	(a)	18.506	21.878
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	(a)	2.600	4.727
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	125.487	104.777
Programa de Integração Social - PIS		2	2
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS		9	9
Outros		1.603	-
<b>Total</b>		<b>148.207</b>	<b>131.393</b>
Circulante		39.932	46.388
Não circulante		108.275	85.005

(a) Corresponde, principalmente, aos montantes recolhidos das apurações tributárias mensais, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos, retenção na fonte referente a serviços prestados e saldo negativo do IR e base de cálculo negativa da CSLL.

(b) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo.

## 9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(I)	(26.935)	(2.535)
Diferido Ativo		72.199	81.445
Diferido Passivo		(99.134)	(83.980)
Benefício fiscal da mais-valia e reversão da Provisão da Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	(III)	456.476	507.673
<b>Ativo diferido</b>		<b>429.541</b>	<b>505.138</b>

### (I) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia registra os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias,

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	Passivo			
	2018		2017	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda				
Diferenças temporárias	(79.219)	(19.805)	(7.456)	(1.864)
	(79.219)	(19.805)	(7.456)	(1.864)
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	(79.219)	(7.130)	(7.456)	(671)
	(79.219)	(7.130)	(7.456)	(671)
<b>Total</b>		<b>(26.935)</b>		<b>(2.535)</b>

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Ativo	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	100.763	100.763	87.076	87.076
Provisão para contingências	86.359	86.359	106.698	106.698
Outros	25.227	25.227	46.049	46.049
<b>Total ativo</b>	<b>212.349</b>	<b>212.349</b>	<b>239.823</b>	<b>239.823</b>
<b>Passivo (-)</b>				
Valor de reposição estimado da concessão	(260.470)	(260.470)	(213.112)	(213.112)
Outros	(31.098)	(31.098)	(34.167)	(34.167)
<b>Total passivo</b>	<b>(291.568)</b>	<b>(291.568)</b>	<b>(247.279)</b>	<b>(247.279)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>(79.219)</b>	<b>(79.219)</b>	<b>(7.456)</b>	<b>(7.456)</b>

Os estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelos Conselhos de Administração em 19 de dezembro de 2018 e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia em 12 de dezembro de 2018, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera.

A expectativa de realização dos tributos diferidos está demonstrada a seguir:

2019	Total
26.935	26.935

### (II) Imposto de renda e contribuição social corrente

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	587.442	587.442	537.872	537.872
Aliquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação</b>	146.861	52.870	134.468	48.408
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo	<b>(20.053)</b>	<b>(6.568)</b>	<b>(15.111)</b>	<b>(4.318)</b>
Diferenças permanentes	(18.094)	(6.568)	(24.244)	(8.727)
Incentivos fiscais e outros	(1.959)	-	9.133	4.409
<b>Imposto de renda e contribuição social no exercício</b>	<b>126.808</b>	<b>46.302</b>	<b>119.357</b>	<b>44.090</b>
Corrente	<b>70.380</b>	<b>25.988</b>	<b>49.575</b>	<b>18.782</b>
Recolhidos e Pagos	74.061	32.004	39.904	18.782
A pagar	12.454	-	9.671	-
Compensados e deduzidos	(16.722)	(6.164)	-	-
Impostos antecipados a recuperar	587	148	-	-
Diferido	56.428	20.314	69.782	25.308
	<b>126.808</b>	<b>46.302</b>	<b>119.357</b>	<b>44.090</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>16,99%</b>	<b>6,27%</b>	<b>13,24%</b>	<b>5,02%</b>
	<b>2018</b>	<b>2017</b>		
Corrente	(96.368)	(68.357)		
Diferido	(76.742)	(95.090)		
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>(173.110)</b>	<b>(163.447)</b>		

### (III) Benefício fiscal – mais-valia incorporado

O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido de sua incorporadora (PMIPL), cujos saldos são como segue:

Mais Valia - incorporado	2.027.764
Provisão constituída	(1.338.324)
Benefício fiscal	689.440
(-) Amortização	(181.767)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>507.673</b>
Amortização	(51.197)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>456.476</b>

A amortização da mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

O benefício fiscal do ágio referente à incorporação da Iberdrola Energia do Brasil Ltda. vem sendo realizado linearmente até o final da concessão, baseado em premissas de resultado futuro que foram apresentadas e anuídas pela ANEEL. O benefício fiscal do ágio referente à incorporação da Terraço ocorrida em 1998, possui sua realização mediante percentuais oficializados em 23 de dezembro de 2003 pela ANEEL, através do Ofício nº 2.182/2003, definidos com base no prazo da concessão e na

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

expectativa de recuperação indicada pelas projeções de resultados tributáveis apresentadas pela Companhia ao órgão regulador naquela época, conforme curva abaixo:

Curvas de amortização da mais valia	
Ano	Elektro Redes
2019	50.079
2020	48.390
2021	48.218
2022	48.078
2023	47.230
2024	46.113
2025	46.116
2026	46.033
2027	45.530
2028	30.570

## 10. VALORES A COMPENSAR (REPASSAR) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS

A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstradas a seguir:

	2018							Total Líquido
	Circulante			Não circulante				
	Ref	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	
<b>CVA</b>								
Energia	(a)	616.171	(130.194)	485.977	136.837	-	136.837	622.814
Encargo de Serviço Sistema – ESS TUST	(b)	-	(194.119)	(194.119)	-	(70.569)	(70.569)	(264.688)
Neutralidade dos encargos setoriais		16.371	(5.255)	11.116	22.920	(23)	22.897	34.013
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		21.141	(12.193)	8.948	1.544	(17.070)	(15.526)	(6.578)
Outras CVA's		101.466	-	101.466	23.000	-	23.000	124.466
<b>Outros Itens Financeiros</b>								
Repasse de Sobrecontratação	(c)	193.350	(51.030)	142.320	-	(71.442)	(71.442)	70.878
Ultrapassagem de Demanda/Reativo		-	(17.363)	(17.363)	-	(149.323)	(149.323)	(166.686)
Ressarcimento P&D		-	(31.021)	(31.021)	-	-	-	(31.021)
Outros itens financeiros		1.654	(14.728)	(13.074)	2.313	(20.620)	(18.307)	(31.381)
<b>Total</b>		<b>950.153</b>	<b>(455.903)</b>	<b>494.250</b>	<b>186.614</b>	<b>(329.047)</b>	<b>(142.433)</b>	<b>351.817</b>
2017								
	Circulante			Não circulante			Total Líquido	
	Ref	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Ativo	Passivo (-)		Total Ativo/ (Passivo)
<b>CVA</b>								
Energia	(a)	443.458	-	443.458	365.434	-	365.434	808.892
Encargo de Serviço Sistema – ESS	(b)	-	(175.322)	(175.322)	-	(108.763)	(108.763)	(284.085)
Neutralidade dos encargos setoriais		56.740	-	56.740	27.093	-	27.093	83.833
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		2.061	(32.447)	(30.386)	-	(45.425)	(45.425)	(75.811)
Outras CVA's		40.867	(116.086)	(75.219)	35.124	(21.371)	13.753	(61.466)
<b>Outros Itens Financeiros</b>								
Ultrapassagem de Demanda/Reativo		-	-	-	-	(117.289)	(117.289)	(117.289)
Outros itens financeiros		-	-	-	5.381	(35.347)	(29.966)	(29.966)
<b>Total</b>		<b>543.126</b>	<b>(323.855)</b>	<b>219.271</b>	<b>433.032</b>	<b>(328.195)</b>	<b>104.837</b>	<b>324.108</b>

## **Elektro Redes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **(a) Energia**

A Companhia apurou a CVA de Energia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e reconheceu um ativo no valor total atualizado de R\$ 622.814 (R\$ 808.892 em 31 de dezembro de 2017), decorrente dos custos incorridos realizados acima da cobertura tarifária prevista pela ANEEL, com destaque para os eventos financeiros de contabilização da CCEE, e da amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário.

### **(b) Encargo de Serviço Sistema – ESS**

A Companhia apurou a CVA de ESS/EER, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e reconheceu um passivo no valor total atualizado de R\$ 264.688 (R\$ 284.085 em 31 de dezembro de 2017), decorrente dos custos incorridos realizados abaixo à cobertura tarifária ANEEL, e da amortização dos saldos homologados nos processos de Reajuste Tarifário.

### **(c) Repasse de sobrecontratação**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu um ativo atualizado de sobrecontratação no valor de R\$ 6.578 (passivo de R\$ 75.811 em 31 de dezembro de 2017), relativo à compra de energia decorrente das exposições, recontabilizações e liquidação de sobras no mercado de curto prazo.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos está demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Saldos iniciais</b>	<b>324.108</b>	<b>(174.567)</b>
Constituição ativa (passiva)	324.361	388.976
Reversão (amortização)	(308.689)	109.551
Remuneração financeira setorial	12.037	148
<b>Saldos finais ativo</b>	<b><u>351.817</u></b>	<b><u>324.108</u></b>

## **11. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)**

O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 4º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	Ref.	2018	2017
<b>Saldos iniciais</b>		<b>1.307.440</b>	<b>1.074.026</b>
Adições		479	1.119
Baixas		(9.380)	(6.820)
Transferência	(a)	337.498	201.966
Atualização monetária/Ajustes a valor justo	(b)	47.358	37.149
<b>Saldos finais</b>		<b>1.683.395</b>	<b>1.307.440</b>

- (a) Transferência do Intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício.
- (b) O valor reconhecido do ativo financeiro, as alterações no valor justo e taxas efetivas de juros, são revisados mensalmente, com base na variação do IPCA, e na revisão tarifária, que ocorre a cada quatro anos na Companhia.

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão da Companhia têm prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogada a exclusivo critério do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses previstas, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

## 12. INTANGÍVEL

Por natureza, o ativo intangível está constituído da seguinte forma:

		2018			2017	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	
<b>Em serviço</b>						
Direito de uso da concessão	4,27%	3.183.434	(1.230.428)	(440.962)	1.512.044	1.443.683
<b>Em curso</b>						
Direito de uso da concessão		584.186	-	(27.120)	557.066	466.914
<b>Total</b>		<b>3.767.620</b>	<b>(1.230.428)</b>	<b>(468.082)</b>	<b>2.069.110</b>	<b>1.910.597</b>

De acordo com o Decreto nº 41.019, os bens e instalações utilizados na subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

Em 2018, foi incorporado ao ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados, o montante de R\$ 17.082 (R\$ 6.648 em 31 de dezembro de 2017).

A movimentação do saldo do direito de uso da concessão está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2017</b>	<b>2.730.280</b>	<b>(885.899)</b>	<b>(415.293)</b>	<b>1.429.088</b>	<b>467.737</b>	<b>(25.087)</b>	<b>442.650</b>	<b>1.871.738</b>
Saldo de combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	811	811	447.103	(14.696)	432.407	433.218
Baixas	(41.590)	21.930	-	(19.660)	-	-	-	(19.660)
Amortização	-	(172.733)	-	(172.733)	-	-	-	(172.733)
Transferências – intangíveis	211.881	-	(5.704)	206.177	(421.326)	13.183	(408.143)	(201.966)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.900.571</b>	<b>(1.036.702)</b>	<b>(420.186)</b>	<b>1.443.683</b>	<b>493.514</b>	<b>(26.600)</b>	<b>466.914</b>	<b>1.910.597</b>
Adições	-	-	289	289	758.207	(55.640)	702.567	702.856
Baixas	(13.119)	(5.358)	-	(18.477)	-	-	-	(18.477)
Amortização	-	(188.368)	-	(188.368)	-	-	-	(188.368)
Transferências – intangíveis	295.982	-	(21.065)	274.917	(295.982)	21.065	(274.917)	-
Transferências – ativos financeiros	-	-	-	-	(371.553)	34.055	(337.498)	(337.498)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.183.434</b>	<b>(1.230.428)</b>	<b>(440.962)</b>	<b>1.512.044</b>	<b>584.186</b>	<b>(27.120)</b>	<b>557.066</b>	<b>2.069.110</b>

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, limitados ao prazo de vencimento da concessão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

As adições de obrigação especial decorrem da celebração de contratos de confissão de dívida e reconhecimento de débito com a Eletrobrás, a título de restituição dos valores apurados pelo processo de encerramento dos contratos de financiamento e concessão de subvenção do programa luz para todos, com recursos oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e devolução dos recursos relacionados à Reserva Global de Reversão (RGR).

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

## 13.FORNECEDORES

	Nota	2018	2017
<b>Energia elétrica</b>		<b>350.477</b>	<b>520.335</b>
Terceiros		329,063	505,335
Partes relacionadas	24	21,414	15,000
<b>Encargos de uso da rede</b>		<b>102.679</b>	<b>104.231</b>
Terceiros		102,576	104,130
Partes relacionadas	24	103	101
<b>Materiais e serviços</b>		<b>202.068</b>	<b>85.774</b>
Terceiros		202,068	85,774
<b>Total</b>		<b>655.224</b>	<b>710.340</b>

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	2018			2017
	Dívida	Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	Total (*)
<b>Moeda nacional</b>				
BNDES	353.890	-	353.890	457.949
CEF	4.524	-	4.524	5.128
Eletrobrás	21.113	-	21.113	31.754
FINEP	17.027	-	17.027	18.344
Santander	1.486	-	1.486	-
Nota Promissória	-	-	-	361.509
Arrendamento Mercantil	16.071	-	16.071	10.036
(-) Custos de transação	(1.941)	-	(1.941)	(2.722)
<b>Total Moeda Nacional</b>	<b>412.170</b>	<b>-</b>	<b>412.170</b>	<b>881.998</b>
Moeda Nacional - Circulante	120.101	-	120.101	494.566
Moeda Nacional - Não Circulante	292.069	-	292.069	387.432
<b>Moeda estrangeira</b>				
Banco Tokio	322.053	(39.858)	282.195	372.308
HSBC	-	(77.150)	(77.150)	-
Mizuho	-	-	-	93.920
Santander	-	(76.666)	(76.666)	-
Citibank	-	-	-	187.861
BEI	742.586	-	742.586	567.636
Goldman Sachs	-	(74.873)	(74.873)	-
Scotia Bank	684.243	(50.871)	633.372	-
Non Derivable Forward – NDF	-	(1.884)	(1.884)	5
<b>Total Moeda Estrangeira</b>	<b>1.748.882</b>	<b>(321.302)</b>	<b>1.427.580</b>	<b>1.221.730</b>
Moeda Estrangeira - Circulante	185.867	(40.615)	145.252	416.725
Moeda Estrangeira – Não circulante	1.563.015	(280.687)	1.282.328	805.005
<b>Total Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>2.161.052</b>	<b>(321.302)</b>	<b>1.839.750</b>	<b>2.103.728</b>
Circulante	305.968	(40.615)	265.353	911.291
Não circulante	1.855.084	(280.687)	1.574.397	1.192.437

Debêntures	2018			2017
	Dívida	Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	Total (*)
Elektro Redes	1.801.024	-	1.801.024	700.525
(-) Custos de transação	(10.194)	-	(10.194)	(527)
<b>Total Debêntures</b>	<b>1.790.830</b>	<b>-</b>	<b>1.790.830</b>	<b>699.998</b>
Debêntures - Circulante	15.691	-	15.691	169.904
Debêntures - Não circulante	1.775.139	-	1.775.139	530.094
<b>Endividamento Total</b>	<b>3.951.882</b>	<b>(321.302)</b>	<b>3.630.580</b>	<b>2.803.726</b>
Endividamento Total - Circulante	321.659	(40.615)	281.044	1.081.195
Endividamento Total - Não circulante	3.630.223	(280.687)	3.349.536	1.722.531

(\*) Total líquido de instrumentos financeiros derivativos.

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

Em auxílio à demonstração do fluxo de caixa, segue abaixo a conciliação de passivos resultantes das atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Fluxo de caixa						2018
	2017	Captações	Amortizações de principal	Pagamentos de juros	Pagamento de custo de captação	Alterações em não caixa (*)	
Empréstimos e Financiamentos	2.278.064	626.382	(908.142)	(106.700)	254	254	2.161.052
Debêntures	699.998	1.300.000	(246.602)	(74.640)	(74.640)	1.084	1.790.830

  

	Fluxo de caixa						2017
	01/01/2017	Captações	Amortizações de principal	Pagamentos de juros	Pagamento de custo de captação	Alterações em não caixa (*)	
Empréstimos e Financiamentos	2.012.104	793.121	(467.041)	(127.722)	-	67.603	2.278.064
Debêntures	883.787	-	(197.249)	(52.834)	-	66.295	699.998

(\*) São considerados como alterações que não afetam o caixa a apropriação dos encargos financeiros e dos custos de captação e marcação a mercado das dívidas e dos instrumentos financeiros derivativos.

### 14.1 Empréstimos e financiamentos

A mutação dos empréstimos e financiamentos e dos seus instrumentos financeiros derivativos vinculados é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante	
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2017</b>	<b>115.884</b>	<b>491.807</b>	<b>300.278</b>	<b>778.109</b>	<b>1.686.078</b>
Ingressos	351.606	18.608	-	427.931	798.145
Encargos	46.973	-	49.188	-	96.161
Varição monetária e cambial	328	13.098	22.313	(11.385)	24.354
Derivativos	-	-	(26.583)	15.268	(11.315)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(2.562)	31.393	28.831
Transferências	135.385	(135.385)	436.311	(436.311)	-
Amortizações	(155.020)	-	(362.592)	-	(517.612)
(-) Custos de transação	(590)	(696)	372	-	(914)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>494.566</b>	<b>387.432</b>	<b>416.725</b>	<b>805.005</b>	<b>2.103.728</b>
Ingressos	1.128	17.054	-	608.200	626.382
Encargos	42.550	-	60.612	-	103.162
Varição monetária e cambial	1.727	6.156	17.239	219.631	244.753
Derivativos	-	-	(9.548)	(178.993)	(188.541)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(2.464)	(32.682)	(35.146)
Transferências	118.573	(118.573)	138.833	(138.833)	-
Amortizações	(484.175)	-	(423.967)	-	(908.142)
Pagamentos de juros	(54.522)	-	(52.178)	-	(106.700)
(-) Custos de transação	254	-	-	-	254
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>120.101</b>	<b>292.069</b>	<b>145.252</b>	<b>1.282.328</b>	<b>1.839.750</b>

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

A seguir apresentamos as captações do exercício:

<u>Modalidade</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Indexadores</u>	<u>Valor Captado</u>
<b>Contratos de Dívida no Mercado</b>			
<b>Internacional</b>			
<b>Dólar</b>			
4131	jan/2021	PRÉ	248.700
4131	mai/2022	PRÉ	359.500
<b>Taxa média/Subtotal</b>		<b>7,18%</b>	<b>608.200</b>
<b>Contratos de Dívida no Mercado Nacional</b>			
Financiamento	até out/22	TJLP	5.120
Financiamento	dez/23 até jun/24	TJLP	1.500
Financiamento	até nov/22	PRÉ	61
Leasing	até mai/21	IGPM	11.501
<b>Taxa média/Subtotal</b>		<b>7,18%</b>	<b>18.182</b>
<b>Taxa média e Total</b>		<b>7,18%</b>	<b>626.382</b>

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	2018			2017		
	<u>Dívida</u>	<u>Custos Transação</u>	<u>Total Líquido</u>	<u>Dívida</u>	<u>Custos Transação</u>	<u>Total Líquido</u>
2019	-	-	-	226.131	(392)	225.739
2020	368.620	(367)	368.253	340.008	(367)	339.641
2021	412.118	(367)	411.751	136.593	(367)	136.226
2022	484.295	(367)	483.928	132.190	(367)	131.823
2023	100.649	(367)	100.282	359.455	(447)	359.008
2024	68.791	(79)	68.712	-	-	-
Após 2024	146.425	-	146.425	-	-	-
<b>Total obrigações</b>	<b>1.580.898</b>	<b>(1.547)</b>	<b>1.579.351</b>	<b>1.194.377</b>	<b>(1.940)</b>	<b>1.192.437</b>
Marcação a mercado			<b>(4.954)</b>			-
<b>Total</b>			<b>1.574.397</b>			<b>1.192.437</b>

### Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras, com parâmetros pré-estabelecidos, sendo os principais listados abaixo.

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3 ou 4;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2.
- Dívida líquida dividido pelo PL, menor ou igual a 2,5

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 14.2 Debêntures

A mutação das debêntures é a seguinte:

	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2017</b>	<b>213.980</b>	<b>669.807</b>	<b>883.787</b>
Encargos	52.142	-	52.142
Variação monetária e cambial	924	20.059	20.983
Transferências	159.392	(159.392)	-
Amortizações e pagamento de juros	(256.386)	-	(256.386)
(-) Custos de transação	(148)	(380)	(528)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>169.904</b>	<b>530.094</b>	<b>699.998</b>
Ingressos	-	1.300.000	1.300.000
Encargos	80.244	-	80.244
Variação monetária e cambial	5.304	25.442	30.746
Transferências	71.424	(71.424)	-
Amortizações e pagamento de juros	(312.269)	(8.973)	(321.242)
(-) Custos de transação	1.084	-	1.084
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>15.691</b>	<b>1.775.139</b>	<b>1.790.830</b>

A seguir apresentamos as emissões de debêntures do exercício:

<b>Empresa</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Encargos Financeiros Anuais - %</b>	<b>Valor Captado</b>
ELEKTRO REDES	Mai/2023	109% CDI	661.275
ELEKTRO REDES	Mai/2023	112% CDI	338.725
ELEKTRO REDES	Mai/2025	IPCA + 5,9542%	300.000
			<b>1.300.000</b>

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	<b>2018</b>			<b>2017</b>		
	<b>Dívida</b>	<b>Custos Transação</b>	<b>Total Líquido</b>	<b>Dívida</b>	<b>Custos Transação</b>	<b>Total Líquido</b>
2019	-	-	-	69.800	(97)	69.702
2020	159.324	(2.156)	157.169	153.558	(106)	153.452
2021	159.324	(2.176)	157.148	153.558	(106)	153.452
2022	159.324	(2.153)	157.171	153.558	(71)	153.488
2023	1.000.000	(1.088)	998.912	-	-	-
2024	152.602	(366)	152.236	-	-	-
Após 2024	152.602	(99)	152.503	-	-	-
<b>Total obrigações</b>	<b>1.783.178</b>	<b>(8.039)</b>	<b>1.775.139</b>	<b>530.474</b>	<b>(380)</b>	<b>530.094</b>
<b>Total</b>			<b>1.775.139</b>			<b>530.094</b>

#### a) Condições restritivas financeiras (covenants)

As escrituras de emissões das debêntures das controladas e da controladora contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras, com parâmetros pré-estabelecidos, sendo os principais listados abaixo.

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

- Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual 3,0
- EBITDA dividido pela Despesa Financeira Líquida, maior ou igual a 2,0

### 15.ENCARGOS SETORIAIS

	Ref	2018	2017
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(a)	37.585	181.730
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		1.636	1.952
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	51.625	44.136
Programa de Eficiência Energética - PEE	(b)	63.080	42.727
Ministério de Minas e Energia – MME		1.834	1.986
<b>Total</b>		<b>155.760</b>	<b>272.531</b>
Circulante		103.214	211.587
Não circulante		52.546	60.944

- (a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.
- (b) Programas de Eficiência Energética (PEE): inclui os programas Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE). São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica e para algumas geradoras do grupo, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. O saldo representa valores já faturados em tarifas, mas ainda não aplicados nos programas PEE e P&D. Tais valores são atualizados mensalmente com base na Taxa SELIC.

### 16.IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2018	2017
Imposto de Renda – IR	1.332	1.186
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	180.037	141.011
Programa de Integração Social – PIS	14.018	11.849
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	64.681	54.116
Imposto sobre Serviços – ISS	43	29
Impostos e contribuições retidos na fonte	24.022	2.794
<b>Total</b>	<b>284.133</b>	<b>210.985</b>

### 17.PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Além dos processos judiciais, a Elektro Redes também tem parte em processos administrativos com a ANEEL, cuja provisão é classificada como Regulatória.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

As provisões constituídas estão compostas como segue:

	Contingências				Total
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2017</b>	<b>41.741</b>	<b>47.060</b>	<b>39.079</b>	<b>18.387</b>	<b>146.267</b>
Constituição	11.122	20.193	182	3.253	34.750
Baixas/reversão	(7.276)	(18.781)	(274)	(3.835)	(30.166)
Pagamentos/Indenizações	(20.847)	(14.397)	(82)	(7.056)	(42.382)
Atualização	7.708	16.574	3.107	225	27.614
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>32.448</b>	<b>50.649</b>	<b>42.012</b>	<b>10.974</b>	<b>136.083</b>
Constituição	11.006	22.016	60	3.045	36.127
Baixas/reversão	(11.256)	(14.076)	(1.651)	-	(26.983)
Pagamentos/Indenizações	(18.641)	(24.926)	(404)	(10.508)	(54.479)
Atualização	5.949	11.090	2.017	338	19.394
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>19.506</b>	<b>44.753</b>	<b>42.034</b>	<b>3.849</b>	<b>110.142</b>

### Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 46.579 (R\$ 40.917 em 31 de dezembro de 2017) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados pela variação da taxa Referencial (TR), índice de atualização dos processos trabalhistas acrescido de juros de 1% a.m..

### Cíveis

Referem-se a ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais, entre outros. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 188.245 (R\$ 167.242 em 31 de dezembro de 2017) em processos cíveis com expectativa de perda possível.

Dentre as ações cíveis, há ações de desapropriação e servidões que são decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Elektro Redes e o pleiteado pelo proprietário do imóvel. Referem-se ao pagamento por desapropriações e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta

## **Elektro Redes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas, etc.), bem como as obrigações de pagamento da CESP, transferidas para a Elektro Redes no processo de privatização da Companhia.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m.

### **Fiscais**

Referem-se às discussões relativas às exigências fiscais nos âmbitos federal, estadual e municipal. Dentre o total provisionado, destaca-se o Mandado de Segurança impetrado em 5 de dezembro de 2007 à EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. sucedida pela Companhia, para não pagar PIS e COFINS sobre a receita de juros sobre capital próprio. O processo aguarda julgamento de recurso em virtude de decisão de 2ª instância que lhe foi desfavorável. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 41.547 (R\$ 39.767 em 31 de dezembro de 2017). Os valores são atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Além dos valores provisionados, a Companhia possui R\$ 2.365.792 (R\$ 2.224.656 em 31 de dezembro de 2017) em ações tributárias classificadas como perda possível. Em dezembro de 2016 a Companhia recebeu um auto de infração no valor de R\$ 1.205.431, lavrado pela Receita Federal do Brasil relativo ao imposto de renda decorrente do ganho de capital originado a partir da operação societária com a aquisição do controle societário da Elektro Redes pelo acionista da época, Iberdrola S.A., ocorrida em 2011. A Elektro Redes apresentou sua impugnação e, em julgamento de primeira instância administrativa, o auto de infração foi totalmente anulado. Os autos do processo atualmente encontram-se pendentes de julgamento de recurso de ofício em segunda instância administrativa.

Em dezembro de 2017, a Companhia recebeu auto de infração no valor de R\$ 51.400, relativo à cobrança de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido sobre a amortização de ágio do período de 2012 e 2013 gerado por ocasião da aquisição da Companhia em 2011. A Elektro Redes apresentou impugnação administrativa, a qual foi julgada improcedente em primeira instância, tendo a Elektro interposto recurso, o qual encontra-se pendente de julgamento. A probabilidade de êxito, na opinião dos advogados responsáveis pelos casos, é classificada como possível.

Os consultores jurídicos da Companhia entendem que tanto o fundamento de existência da mais-valia quanto seu uso para fins de benefício são lícitos e gozam de legitimidade jurídica. Embora os últimos julgamentos na Câmara Superior de Recursos Fiscais tenham alterado o entendimento até então, passando a não reconhecer a mais-valia decorrente de privatização, os nossos consultores legais mantêm a análise e entendimento quanto à higidez da operação e benefício fiscal, uma vez que a discussão ainda será remetida ao Poder Judiciário, a quem caberá à decisão final sobre o tema.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

### **Regulatórias**

Referem-se a provisões administrativas diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL e penalidades referentes à contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão (MUST).

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia realiza depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Trabalhistas	40.799	39.614
Cíveis	10.907	10.170
Fiscais	35.113	37.654
Outros	616	640
<b>Total</b>	<b><u>87.435</u></b>	<b><u>88.078</u></b>

### 18. OUTROS PASSIVOS

	<b>Ref.</b>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Consumidores	(a)	12.300	13.281
Plano de saúde		6.109	2.691
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	(b)	19.336	16.837
Plano de incentivo de longo prazo		4.135	12.938
Fundo educacional		6.705	5.334
Convênios		1.099	991
Outros		18.642	26.445
<b>Total</b>		<b><u>68.326</u></b>	<b><u>78.517</u></b>
Circulante		66.617	68.881
Não circulante		1.709	9.636

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de devolução de universalização, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(b) COSIP – Corresponde a valores arrecadados de iluminação pública, a serem repassados às Prefeituras.

### 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R\$ 952.492. A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

Acionistas/ Quantidade Ações	Ordinárias*	R\$	Preferenciais*	R\$	Total	R\$
Neoenergia S.A.	91.856	451.550	101.280	497.875	<b>193.136</b>	949.425
Acionistas minoritários	25	124	599	2.943	<b>624</b>	3.067
<b>Total</b>	<b>91.881</b>	<b>451.674</b>	<b>101.879</b>	<b>500.818</b>	<b>193.760</b>	<b>952.492</b>

\* Lote de mil ações.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, não possuem direito de voto, ficando assegurada prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

Em 24 de agosto de 2017, foi consumada a incorporação da Elektro Holding pela Neoenergia (vide nota explicativa 1) até então controladora da Elektro Redes.

### Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017
<b>Lucro líquido do período</b>	414.332	374.425
Média ponderada das ações emitidas(**)	203.947	203.947
Lucro básico e diluído por ação ordinária	2,03157	1,83589
10% - Ações preferenciais	0,20316	0,18359
<b>Lucro básico e diluído por ação preferencial</b>	<b>2,23472</b>	<b>2,01948</b>

(\*\*) Considera adicional de 10% das ações preferenciais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

### Reserva de transação de capital com os sócios

Reserva Especial de Ágio

O valor registrado de R\$ 765.882 (R\$ 765.882 em 31 de dezembro de 2017) é composto principalmente por:

- (I) ágio incorporado da Iberdrola Energia do Brasil, no valor de R\$ 689.440; e
- (II) acervo líquido incorporado da EPC, no valor de R\$ 25.903.

### Reservas de lucros

O resultado da Companhia, deduzido da distribuição de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio, foi destinado a reserva de lucros.

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

### Outros resultados abrangentes

Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos e passivos atuariais de benefício pós-emprego, líquidas dos efeitos tributários.

Também estão classificados em outros resultados abrangentes, as operações de *Hedge Accounting* relacionados à garantia de empréstimos em moeda estrangeira. Os valores serão reconhecidos no resultado à medida que as operações se realizarem, conforme determinado pela norma contábil e demonstrado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

### Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as seguintes declarações de juros sobre capital e dividendos:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação (R\$)	
			ON	PNB
<b>2018</b>				
RCA de 19 de dezembro de 2018	JSCP 2018	136.000	0,733524	0,668396
		<u>136.000</u>		
<b>2017</b>				
AGO de 12 de setembro de 2017	Dividendos intermediários 2017	139.557	0,68428089	0,752709
AGO de 12 de setembro de 2017	JSCP intermediários 2017	96.976	0,47549656	0,523046
		<u>236.533</u>		

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária

	2018	2017
<b>Dividendos mínimos</b>		
Lucro líquido do exercício	414.332	374.425
Reversão avaliação atuarial – Plano de pensão	1.728	2.586
Base de cálculo do dividendo	<u>416.060</u>	<u>377.011</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>104.015</u>	<u>94.253</u>
<b>Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:</b>		
Juros sobre capital próprio	136.000	96.976
Dividendos intermediários	-	139.557
<b>Total Bruto</b>	<u>136.000</u>	<u>236.533</u>
<b>Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15%</b>	<u>20.400</u>	<u>14.546</u>

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

A Companhia deliberou juros sobre capital próprio no montante de R\$ 136.000 no exercício de 2018 (R\$ 236.533 em 2017), superando os 25% de mínimos obrigatórios.

### Dividendos e juros sobre capital próprio

	2018	2017
<b>Saldos iniciais</b>	<b>12</b>	<b>117.879</b>
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados	136.000	345.031
Imposto de renda retido na fonte	(20.400)	(14.546)
Pagos no exercício	-	(448.352)
<b>Saldos finais</b>	<b>115.612</b>	<b>12</b>

## 20.RECEITA LÍQUIDA

A Companhia possui como único segmento operacional a distribuição de energia elétrica e tem como principal área de atuação a região sudeste.

A composição da receita líquida por natureza, região geográfica e suas deduções, esta apresentada abaixo:

Ref	Região Geográfica			
	2018			2017
	Centro- oeste	Sudeste	Total	Total
<b>Principais receitas</b>				
Fornecimento de energia elétrica (a)	160.869	5.201.433	5.362.302	4.470.236
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE (b)	8.723	282.055	290.778	422.501
Receita pela disponibilidade da rede elétrica (c)	87.765	2.837.750	2.925.515	2.616.025
Valores a compensar/ (repassar) da Parcela A e Outros Itens Financeiros (d)	2.459	79.500	81.959	535.227
Receita de construção da infraestrutura da concessão	20.850	674.139	694.989	434.338
Penalidades contratuais e regulatórias	(384)	(12.417)	(12.801)	-
Outras receitas (e)	3.394	109.755	113.149	99.480
<b>Total da Receita Operacional Bruta reconhecida ao longo do tempo</b>	<b>283.676</b>	<b>9.172.215</b>	<b>9.455.891</b>	<b>8.577.807</b>
(-) Deduções da receita bruta (f)			<b>(3.206.535)</b>	<b>(2.768.706)</b>
<b>Total da Receita Operacional Líquida reconhecida ao longo do tempo</b>			<b>6.249.356</b>	<b>5.809.101</b>

### a) Fornecimento de energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	<u>Ref.</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Consumidores:			
Residencial		3.227.102	2.753.009
Industrial		1.048.685	970.029
Comercial		1.582.534	1.383.462
Rural		456.014	384.042
Poder público		223.214	190.006
Iluminação pública		213.357	189.184
Serviço público		318.410	234.725
Fornecimento não faturado		68.356	32.502
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo	(1)	(2.195.813)	(2.007.670)
		<u>4.941.859</u>	<u>4.129.289</u>
Subvenção à tarifa social baixa renda		420.443	340.947
<b>Total</b>		<b><u>5.362.302</u></b>	<b><u>4.470.236</u></b>

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23 de abril de 2008, as distribuidoras da Companhia efetuaram a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

A tabela abaixo apresenta a composição da receita bruta de fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores e região geográfica no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	<u>Região Geográfica</u>		
	<u>2018</u>		
	<u>Centro-oeste</u>	<u>Sudeste</u>	<u>Total</u>
Consumidores:			
Residencial	96.813	3.130.289	3.227.102
Industrial	31.461	1.017.224	1.048.685
Comercial	47.476	1.535.058	1.582.534
Rural	13.680	442.334	456.014
Poder público	6.696	216.518	223.214
Iluminação pública	6.401	206.956	213.357
Serviço público	9.552	308.858	318.410
Fornecimento não faturado	2.051	66.305	68.356
<b>Total</b>	<b><u>214.130</u></b>	<b><u>6.923.542</u></b>	<b><u>7.137.672</u></b>

### b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

### c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor livre	729.702	608.355
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo (*)	2.195.813	2.007.670
<b>Total</b>	<b>2.925.515</b>	<b>2.616.025</b>

\* Vide comentários nota (a), acima.

### d) Valores a compensar / (repassar) da Parcela A e outros itens financeiros

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>CVA</b>		
Energia	(274.633)	406.683
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	33.373	(175.963)
Neutralidade dos encargos setoriais	(49.490)	(66.246)
Outras CVA's	197.307	31.505
<b>Outros Itens Financeiros</b>		
Sobrecontratação	(95.638)	(86.981)
Risco Hidrológico	294.997	419.439
Ressarcimento P&D	(31.021)	-
Outros itens financeiros	7.064	6.790
<b>Total</b>	<b>81.959</b>	<b>535.227</b>

### e) Outras receitas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Renda da prestação de serviços	2.035	3.177
Arrendamentos e aluguéis	43.591	36.270
Serviço taxado	1.829	2.035
Taxa de iluminação pública	9.423	8.051
Valor justo ativo indenizável da concessão (*)	47.358	37.149
Outras receitas	8.913	12.798
<b>Total</b>	<b>113.149</b>	<b>99.480</b>

(\*) Conforme mencionado na nota explicativa 11, a Companhia atualiza o ativo financeiro indenizável da concessão com base no mesmo índice de atualização da BRR (IPCA).

### f) Deduções da receita bruta

As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Impostos e contribuições</b>		
ICMS	(1.410.929)	(1.208.534)
PIS	(148.854)	(123.149)
COFINS	(685.715)	(567.228)
ISS	(577)	(523)
<b>Encargos Setoriais</b>		
Conta de desenvolvimento energético – CDE	(927.867)	(810.166)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(27.075)	(26.367)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(10.830)	(10.547)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	28.039	(15.820)
Encargos do Consumidor – CCRBT	(16.888)	-
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica – TFSEE	(5.839)	(6.372)
<b>Total</b>	<b><u>(3.206.535)</u></b>	<b><u>(2.768.706)</u></b>

## 21.CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b><u>Energia comprada para revenda</u></b>		
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado – ACR	(2.378.513)	(2.135.060)
Energia adquirida contrato bilateral	(52.839)	(56.003)
Contratos por cotas de garantia física	(302.995)	(216.443)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	(117.104)	(117.513)
Energia curto prazo – PLD	(80.603)	(602.398)
PROINFA	(127.396)	(118.751)
Créditos de PIS e COFINS	319.477	345.692
Custos Variáveis do MCP	(405.053)	(493.989)
<b>Total</b>	<b><u>(3.145.026)</u></b>	<b><u>(3.394.465)</u></b>
<b><u>Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição</u></b>		
Encargos de rede básica	(794.553)	(481.049)
Encargos de transporte de Itaipu	(67.621)	(41.671)
Encargos de conexão	(79.128)	(53.317)
Encargo de uso do sistema de distribuição	(28.794)	(21.942)
Encargo de serviço do sistema – ESS	(18.646)	91.442
Créditos de PIS e COFINS	91.176	46.818
<b>Total</b>	<b><u>(897.566)</u></b>	<b><u>(459.719)</u></b>
<b>Total de Custos com Energia Elétrica</b>	<b><u>(4.042.592)</u></b>	<b><u>(3.854.184)</u></b>

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 22.CUSTO DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONIAS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos/Despesas	Ref.	2018			2017	
		Custos dos serviços	Despesas com vendas	Outras receitas/Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(I)	(269.678)	(5.859)	(46.056)	(321.593)	(332.262)
Administradores		-	-	(5.486)	(5.486)	(21.109)
Benefício pós-emprego e outros benefícios		-	(94)	(670)	(764)	-
Material		(39.458)	-	(182)	(39.640)	(37.874)
Serviços de terceiros		(46.239)	(17.958)	(29.177)	(93.374)	(94.175)
Depreciação e amortização	(II)	(194.015)	-	-	(194.015)	(177.296)
Arrendamentos e aluguéis		(9.078)	-	-	(9.078)	(9.514)
Tributos		(2.948)	-	-	(2.948)	(1.752)
Provisão esperada de créditos de liquidação duvidosa - PPECLD		-	(59.780)	-	(59.780)	(63.085)
Provisões líquidas - contingências		(3.045)	-	(5.965)	(9.010)	1.499
Multas regulatórias		(106)	-	-	(106)	(10.248)
Alienação/ desativação de bens e direitos		-	-	3.917	3.917	3.460
Outras (despesas)/receitas operacionais	(III)	(47.520)	(22.414)	24.522	(45.412)	(59.055)
<b>Total custos/despesas</b>		<b>(612.087)</b>	<b>(106.105)</b>	<b>(59.097)</b>	<b>(777.292)</b>	<b>(801.411)</b>

#### (I) Custo e despesa de pessoal

Pessoal	2018	2017
Remunerações	(175.956)	(195.190)
Encargos sociais	(25.245)	(25.323)
Auxílio alimentação	(41.809)	(39.586)
Convênio assistencial e outros benefícios	(93.689)	(93.556)
Provisão para férias	(43.449)	(42.685)
Participação nos resultados	(31.505)	(25.715)
(-) Transferências para ordens	91.444	89.793
Outros	(1.384)	-
<b>Total</b>	<b>(321.593)</b>	<b>(332.262)</b>

#### (II) Amortização

Depreciação e amortização	2018	2017
Quota de depreciação e amortização no exercício	(194.015)	(177.296)
Depreciação e amortização residual no resultado	<b>(194.015)</b>	<b>(177.296)</b>

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### (III) Outras (despesas)/receitas operacionais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Seguros	(3.527)	(1.469)
Órgãos de classe do setor elétrico	(1.513)	(1.677)
Despesas de viagem	(9.113)	(11.899)
Consumo próprio e energia elétrica	(928)	(824)
Propaganda e publicidade	(1.228)	(1.625)
Alimentação	(209)	(659)
Encerramento de ordem em curso	6.105	6.683
Multa por inadimplência	52.764	41.568
Perdas / alienação / desativação	(23.605)	(22.175)
Eventos	(1.099)	(3.161)
Outros	(63.059)	(63.817)
<b>Total</b>	<b><u>(45.412)</u></b>	<b><u>(59.055)</u></b>

## 23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

<b>Receitas Financeiras</b>	<b><u>2018</u></b>	<b><u>2017</u></b>
Renda de aplicações financeiras	42.816	68.295
Juros e encargos sobre contas de energia em atraso	79.551	34.566
Variações monetárias e cambiais - Dívida	844.251	338.641
Instrumentos financeiros derivativos	520.231	32.355
Atualização de depósitos judiciais	2.753	7.911
Atualização do ativo financeiro setorial	12.037	148
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(9.353)	(9.513)
Outras receitas financeiras	5.759	8.017
<b>Total</b>	<b><u>1.498.045</u></b>	<b><u>480.420</u></b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Encargos de dívidas	(164.085)	(127.725)
Variações monetárias e cambiais – Dívida	(1.101.547)	(372.523)
Instrumentos financeiros derivativos	(313.122)	(97.684)
IOF	(1.555)	(526)
Encargos P&D/PEE	(5.888)	(6.689)
Atualização provisão para contingências	(17.331)	(26.488)
Outras despesas financeiras	(41.561)	(30.081)
<b>Total</b>	<b><u>(1.645.089)</u></b>	<b><u>(661.716)</u></b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b><u>(147.044)</u></b>	<b><u>(181.296)</u></b>

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 24. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo Grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Ref.	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)		Vencimento
	2018	2017	2018	2017	
<b>Compra de Energia</b>					
(a)	(371)	(344)	(3.108)	(3.007)	Dez/2039
(a)	(17.231)	(11.129)	(144.585)	(90.526)	Dez/2039
(a)	(1.742)	(1.619)	(14.609)	(14.134)	Dez/2040
(a)	(1.985)	(1.819)	(16.649)	(17.360)	Dez/2044
(a)	(85)	(89)	(1.061)	(1.007)	Dez/2019
	<b>(21.414)</b>	<b>(15.000)</b>	<b>(180.012)</b>	<b>(126.034)</b>	
<b>Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (TUST) e (CUST)</b>					
(b)	(47)	(52)	(470)	(357)	Até a extinção da concessão da Elektro
(b)	(5)	(6)	(61)	(48)	
(b)	(51)	(43)	(465)	(380)	
	<b>(103)</b>	<b>(101)</b>	<b>(996)</b>	<b>(785)</b>	
<b>Serviços Administrativos</b>					
(d)	-	30	90	360	Nov/2021
(d)/(e)	-	20	37	141	Nov/2021
(c)	-	8	-	134	Indeterminado
(d)	2.908	-	(9.809)	-	Nov/2021
	<b>2.908</b>	<b>58</b>	<b>(9.682)</b>	<b>635</b>	
<b>Dividendos e JSCP</b>					
Outros minoritários					
	(115.612)	(12)	-	-	
	<b>(115.612)</b>	<b>(12)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Total</b>	<b>(134.221)</b>	<b>(15.055)</b>	<b>(190.690)</b>	<b>(126.184)</b>	
<b>Circulante</b>	<b>(134.221)</b>	<b>(15.055)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

- (a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados: contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL. Contratos corrigidos anualmente pela variação do IPCA.
- (b) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (c) Contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGP-M.
- (d) (i) Contratos de prestação de serviços, referente à administração e logística de almoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA / IGP-M e dissídio coletivo de acordo com cada contrato; (ii) Contrato celebrado com a Neoenergia para prestação de garantia corporativa como avalista de instrumentos financeiros com cobrança de *fee* por Aval.
- (e) Contratos de fornecimento de energia, corrigidos anualmente através do reajuste tarifário ANEEL. Adicionalmente, a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

### 24.1 Remuneração da administração

O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 7.233 (R\$ 21.109 em 31 de dezembro de 2017). Essas informações referem-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, incluídos neste montante os itens abaixo:

<b>Composição da remuneração da administração</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Remuneração recorrente	3.242	11.646
Benefícios de curto prazo	400	182
Benefícios de longo prazo	1.902	9.233
Rescisões contratuais	1.689	48
<b>Total</b>	<b>7.233</b>	<b>21.109</b>

Adicionalmente a Companhia mantém registrado o montante de R\$ 4.135 (R\$ 12.938 em 31 de dezembro de 2017) no saldo de "Outros Passivos" referente ao saldo remanescente do Plano de Incentivo de Longo Prazo, que foi extinto durante o exercício findo em 2018.

## 25.GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

### a) Considerações gerais e políticas internas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos.

## **Elektro Redes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras -Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

Dentre as diretrizes previstas nessas Políticas e normativos destacam-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira; avaliação de *hedge* de taxa de juros de dívidas em moeda local; avaliação de *hedge* de desembolsos em moeda estrangeira; diversificação de instrumentos, prazos e contrapartes de dívida e alongamento do prazo médio de pagamento.

Além disso, a utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos, alavancados ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

### **b) Gestão de risco de mercado**

#### Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2018, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira.

As estratégias de *hedge* cambial são descritas no item e) 'Informações complementares sobre os instrumentos derivativos'.

#### Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas no item f) 'Informações complementares sobre os instrumentos derivativos'.

### **c) Gestão de risco de liquidez**

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* das dívidas em moeda estrangeira.

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos para as empresas do Grupo e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2018, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 909.263, sendo R\$ 666.607 em fundos exclusivos e R\$ 242.656 em outros ativos.

Adicionalmente, a Companhia mantinha em 31 de dezembro de 2018 um volume de R\$ 100.000 em *standby credit facilities* junto a instituições financeiras como estratégia de liquidez.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual e utiliza para projeção do endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2018, as curvas futuras de mercado para os indexadores e moedas.

	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2019	2020	2021	2022	2023	Acima de 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos:</b>								
Empréstimos e financiamentos	2.161.052	2.724.062	370.683	519.448	567.948	656.098	173.582	436.303
Debêntures	1.790.830	2.533.575	116.195	301.963	316.832	320.092	1.074.776	403.717
Fornecedores	655.224	-	-	-	-	-	-	-
<b>Passivos financeiros derivativos</b>								
Swap cambial e de taxa de juros	(319.418)	(517.038)	(26.797)	(20.832)	(123.929)	(116.272)	(45.929)	(183.279)
Non-deliverable Forwards (NDF)	(1.884)	(1.884)	(1.521)	(269)	(94)	-	-	-

### d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

#### Risco de crédito junto a contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade das empresas da Companhia incorrerem em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's ou S&P para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2018.

<i>Ratings</i> de longo prazo em escala nacional <sup>1</sup>	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	Aa1	-	AA
BNP Paribas	-	AAA	-
Bradesco	Aa1	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	Aa1	AAA	AA
Citibank	-	AAA	AAA
Goldman Sachs	-	-	AAA
Itaú	A1	AAA	AAA
Santander	Aaa	AAA	-
Morgan Stanley	-	AAA	-
MUFG	-	AAA	-
Votorantim	Aa3	AAA	-

<sup>(1)</sup> Bank of America, HSBC, JP Morgan, Sumitomo e Scotiabank possuem ratings apenas em escala global

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2018	2017
<b>Mensurados pelo custo amortizado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	168.879	492.807
Títulos e valores mobiliários	-	5.530
Contas a receber de clientes e outros	1.702.652	1.538.496
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	1.683.395	1.307.440
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	740.384	8.839
Títulos e valores mobiliários	7.453	-
Concessão do Serviço Público – Indenização	1.683.395	1.307.440

### e) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2018 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos.

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial, de juros e de índices de preços. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-deliverable Forwards* (NDF).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício.

Com o objetivo de determinar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

### (i) Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor).

<u>Swap US\$ pós vs R\$ pós</u>	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado
	2018	2017		2018	2017	Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
Ativo	USD 57.079	USD 180.709	2027	221.261	615.797	-
Passivo	R\$ 184.438	(R\$ 555.999)		(171.607)	(560.364)	-
Risco de crédito				(47)	-	-
Líquido				49.607	55.433	(5.826)

  

<u>Swap US\$ pré vs R\$ pós</u>	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado
	2018	2017		2018	2017	Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
Ativo	USD 398.490	USD 234.675	2020 - 2027	1.529.069	780.400	-
Passivo	R\$ 1.251.474	(R\$ 661.525)		(1.259.000)	(661.493)	-
Risco de crédito				(258)	-	-
Líquido				269.811	118.907	150.904

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo.

### (ii) Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2018	2017		2018	2017	2018
Termo USD	18.903	4.747	2019 – 2021	1.643	(4)	-
				<u>1.643</u>	<u>(4)</u>	<u>1.647</u>

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo.

### (iii) Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2018	2017		2018	2017	2018
Termo EUR	EUR 1.090	-	2019 – 2020	241	-	-
				<u>241</u>	<u>-</u>	<u>241</u>

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo.

### f) Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do período.

- Cenário II: considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

- Cenário III: considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo / Nacional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar	3,8748	(1.748.882) 1.750.330	(437.512) 437.571	(875.024) 875.141
<b>Exposição Líquida</b>				<b>1.448</b>	<b>59</b>	<b>117</b>
NDF Item protegido: parte de desembolsos em USD	Dólar(\$)	Queda do Dólar	3,8748	1.643	(16.474)	(32.947)
<b>Exposição Líquida</b>				<b>1.643</b>	<b>(16.474)</b>	<b>(32.947)</b>
NDF Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro(€)	Queda do Euro	4,4390	241	(1.229)	(2.458)
<b>Exposição Líquida</b>				<b>241</b>	<b>(1.229)</b>	<b>(2.458)</b>

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo / Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	62,4%	842.632	53.928	(13.482)	(26.964)
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>							
<b>Empréstimos, Financiamentos e Debêntures</b>							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	6,40%	(1.008.158)	(70.985)	(17.746)	(35.492)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	6,40%	(1.430.608)	(94.291)	(23.573)	(47.146)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	2,91%	(792.861)	(69.372)	(6.095)	(12.191)
Dívida em LIBOR 6M	LIBOR	Alta da LIBOR 6M	2,88%	(221.158)	(8.262)	(1.590)	(3.180)
Swaps Libor 6M x CDI (Ponta Ativa)	LIBOR	Alta da LIBOR 6M	2,88%	221.214	9.722	1.871	3.742
Dívida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	6,40%	(91.577)	(8.238)	(1.501)	(3.002)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,03%	(221.801)	(20.680)	(3.898)	(7.796)
Dívida em IGP-M	IGP-M	Alta da IGP-M	7,03%	(221.801)	(20.680)	(3.898)	(7.796)

## 26. ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Para a mensuração e determinação do valor justo, A Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os

## **Elektro Redes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras -Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

**Nível 1** - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais A Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

**Nível 2** – São informações que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível 1;

**Nível 3** – São dados não observáveis para o ativo ou passivo.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	Nível (*)	2018		2017	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)</b>					
<b>Mensurados pelo custo amortizado</b>		<b>2.116.600</b>	<b>2.116.600</b>	<b>2.273.865</b>	<b>2.273.865</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2	168.879	168.879	492.807	492.807
Títulos e valores mobiliários	2	-	-	5.530	5.530
Contas a receber de clientes e outros	2	1.595.904	1.595.904	1.451.420	1.451.420
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	3	351.817	351.817	324.108	324.108
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		<b>2.701.280</b>	<b>1.953.442</b>	<b>1.490.764</b>	<b>1.490.764</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2	740.384	-	8.839	8.839
Títulos e valores mobiliários	2	7.453	-	-	-
Swap de taxa de juros e cambial	2	270.048	270.047	174.485	174.485
Concessão do Serviço Público - Indenização	3	1.683.395	1.683.395	1.307.440	1.307.440
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente</b>		<b>57.094</b>	<b>57.094</b>	<b>(5)</b>	<b>(5)</b>
Non-deliverable forwards (NDF)	2	1.911	1.911	(5)	(5)
Swap de taxa de juros e cambial		55.183	55.183		
<b>Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)</b>					
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>		<b>3.485.704</b>	<b>2.920.328</b>	<b>2.292.336</b>	<b>2.273.596</b>
Fornecedores	2	598.461	-	710.340	710.340
Empréstimos e financiamentos	2	1.096.413	1.096.413	881.998	881.998
Debêntures	2	1.790.830	1.823.915	699.998	681.258
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		<b>1.066.140</b>	<b>1.066.140</b>	<b>1.396.218</b>	<b>1.396.210</b>
Empréstimos e financiamentos	2	1.064.639	1.064.639	1.396.066	1.396.058
Swap de taxa de juros e cambial	2	1.501	1.501	152	152
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente</b>		<b>4.339</b>	<b>4.312</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Non-deliverable forwards (NDF)	2	27	-	-	-
Swap de taxa de juros e cambial	2	4.312	4.312	-	-

(\*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A movimentação nos ativos de nível 3 e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 47.358 (R\$ 37.149 em 31 de dezembro de 2017).

### Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia

## **Elektro Redes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras -Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

### **i) Concessão do serviço público**

Em função da Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos. A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais.

### **ii) Empréstimos e financiamentos**

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para os empréstimos classificados como mensurados a valor justo a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida.

Para as dívidas em mercado de capital, os valores justos são mensurados baseados na abordagem de mercado e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário.

### **iii) Instrumentos financeiros derivativos**

Em virtude da reavaliação na metodologia para cálculo do MTM da Companhia, implementada em 2018, o valor presente passou a ser calculado por meio da utilização das curvas de 100% do cupom cambial para a ponta ativa e de 100% do DI futuro da BM&F para a ponta passiva. Até 31 de dezembro de 2017 era utilizada para esse cálculo uma taxa baseada no custo do CDI no início de cada operação. Essa mudança de estimativa contábil não produziu impacto relevante no período e o mesmo comportamento é esperado para períodos subsequentes.

## **27.COMPROMISSOS**

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são como segue:

## **Elektro Redes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras -Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	<u>Vigência</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>Após 2024</u>
Elektro	2020 a 2028	2.445.902	2.591.615	2.775.149	2.991.955	3.157.658	14.677.377

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

A Companhia efetua uma análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações.

## **28. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS EMPREGOS E OUTROS BENEFÍCIOS**

### **Planos de Benefícios Previdenciários**

A Elektro Redes é patrocinadora da Fundação CESP de Previdência Complementar – FUNCESP mantenedora dos planos previdenciários:

PSAP/CESP B: Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, que corresponde aos benefícios assegurados aos empregados vinculados ao plano vigente até 31 de dezembro de 1997, ou seja, antes da implantação do plano misto, calculado proporcionalmente até aquela data. Este plano está fechado para novas adesões.

PSAP/CESP B1: Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão Elektro – PSAP Elektro, iniciado em 1º de janeiro de 1998, sendo um plano misto, cuja meta de benefício é a integralidade do salário na aposentadoria, sendo 70% do salário real de contribuição como Benefício Definido e 30% como Contribuição Definida.

Quando o Plano PSAP/CESP B1 foi criado, a transferência do Plano PSAP/CESP B para PSAP/CESP B1 foi ofertada aos participantes. Aqueles que migraram adquiriram o direito de receber o benefício saldado (BSPS) proporcional ao tempo que contribuíram para o plano anterior, podendo destinar este recurso como contribuição ao novo plano ou aguardar a elegibilidade ao benefício, sem a acumulação de nenhum outro benefício adicional no futuro.

As contribuições pagas ou provisionadas pela Companhia para o exercício foram as seguintes:

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas Operacionais	<u>(2.997)</u>	<u>4.310</u>
<b>Total</b>	<b><u>(2.997)</u></b>	<b><u>4.310</u></b>

### **Deliberação CVM nº 695 – CPC 33 – Benefícios a empregados**

A Deliberação CVM nº 695/12 de 13 de dezembro de 2012 em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 – Benefícios a Empregados determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

#### Avaliação atuarial dos planos previdenciários e assistencial

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado). As premissas econômicas e financeiras para efeitos de avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovados pela Administração do Grupo.

Principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e do exercício de 2017:

	FUNCESP			
	CD		BD	
	2018	2017	2018	2017
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	Não aplicável	Não aplicável	9,46%	10,10%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	Não aplicável	Não aplicável	6,33%	6,60%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	Não aplicável	Não aplicável	4,25%	4,50%
Taxa estimada de inflação de longo prazo	Não aplicável	Não aplicável	4,25%	4,50%
Taxa de rotatividade esperada	Não aplicável	Não aplicável	Experiência Fundação Cesp 2012	Experiência Fundação CESP 2012
Tábua biométrica de mortalidade geral	Não aplicável	Não aplicável	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 segregada
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável	AT-49 masculina	AT-49 Masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Não aplicável	Não aplicável	Light-fraca	Ligh-Fraca
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	Não aplicável	Não aplicável	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira exigibilidade

Análises de sensibilidade das premissas significativas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2018 e 2017 foram:

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

Análise de sensibilidades nas hipóteses adotadas	FUNCESP			
	CD		BD	
	2018	2017	2018	2017
<b>Valor presente das obrigações de benefício definido</b>				
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	Não aplicável	Não aplicável	1,263,031	1,063,991
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	Não aplicável	Não aplicável	1,427,506	1,347,580
<b>% de impacto na obrigação de benefício definido</b>				
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	Não aplicável	Não aplicável	5,81%	-10,70%
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	Não aplicável	Não aplicável	6,46%	13,11%
<b>Impacto na Duração média da obrigação de benefício definido</b>				
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	Não aplicável	Não aplicável	12,31	14,59
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	Não aplicável	Não aplicável	11,83	12,62

Vencimentos esperados de benefícios não descontados de plano de pensão e benefícios de saúde pós-emprego:

	FUNCESP				
	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2018					
Benefícios de aposentadoria – BD	75.642	76.099	230.286	462.312	844.339

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no ativo, passivo, demonstração de resultado e resultado abrangente relacionado aos planos previdenciários e assistencial:

	2018	2017
Valor reconhecido no balanço patrimonial		
Benefícios de previdência – BD	138.807	157.927
Destinação de reserva especial com reversão de valores ao patrocinador	(138.807)	(157.927)
	-	-
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado		
Benefícios de previdência – BD	2.617	3.918
	<b>2.617</b>	<b>3.918</b>
Redimensionamentos atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício		
Benefícios de previdência – BD	(2.617)	(3.918)
	<b>(2.617)</b>	<b>(3.918)</b>

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Plano de Previdência Complementar	
	BD	
	2017	2018
Custo do serviço corrente	6.176	7.560
Custo dos juros	(380)	(392)
Contribuições pagas pela patrocinadora	(3.179)	(3.250)
<b>Total incluído na receita</b>	<b>2.617</b>	<b>3.918</b>

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

A mutação das obrigações de benefícios pós emprego em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	<b>Plano de Previdência Complementar</b>
	<b>BD</b>
<b>Obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.146.466</b>
Custo do serviço corrente	7.560
Custo dos juros	122.806
Contribuições pagas pelos participantes	3.806
Benefícios pagos pelo plano	(63.465)
Premissas demográficas	(450)
Premissas financeiras	43.051
Experiência do plano	(68.342)
<b>Obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.191.432</b>
Custo do serviço corrente	6.176
Custo dos juros	116.804
Contribuições pagas pelos participantes	3.982
Benefícios pagos pelo plano	7.177
Premissas financeiras	84.089
Experiência do plano	(68.745)
<b>Obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.340.915</b>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	<b>Plano de Previdência Complementar</b>
	<b>BD</b>
<b>Valor Justo dos ativos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.282.314</b>
Juros sobre o valor justo dos ativos do plano	138.182
Contribuições pagas pela patrocinadora	3.250
Contribuições pagas pelos participantes	3.806
Benefícios pagos pelo Plano	(68.342)
Juros sobre valor justo	(9.851)
<b>Valor Justo dos ativos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.349.359</b>
Juros sobre o valor justo dos ativos do plano	133.135
Contribuições pagas pela patrocinadora	3.179
Contribuições pagas pelos participantes	3.982
Benefícios pagos pelo Plano	(68.745)
Juros sobre valor justo	58.812
<b>Valor Justo dos ativos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.479.722</b>

Custo esperado do plano previdenciário do benefício definido, contribuição definida e plano de saúde são:

	<b>Plano BD</b>
Custo do serviço corrente	6.176
Custo dos juros	(380)
Custo da obrigação (ORA)	(2.617)
<b>Custo total da obrigação</b>	<b>3.179</b>

## Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 29.SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada (R\$)	Prêmio (R\$)
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2018 a 31/05/2019	44.000	693
Veículos	31/05/2018 a 31/05/2019	100% da tabela FIPE	105
Risco Operacional - Subestações e Usinas	30/05/2018 à 30/05/2019	1,231,427	679
Proteção de Dados e Resp. Cibernética – CyberEdge	31/05/2018 a 31/05/2019	36.667	151
Riscos Diversos - Terrorismo	31/05/2018 a 31/05/2019	183.300	175

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

**Elektro Redes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras -Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

**COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

GIANCARLO VASSÃO DE SOUZA  
DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR EXECUTIVO DE OPERAÇÕES

SIMONE BORSATO  
DIRETORA EXECUTIVA DE CONTROLADORIA, FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM  
INVESTIDORES

CRISTIANE DA COSTA FERNANDES  
DIRETORA EXECUTIVA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS E INSTITUCIONAIS

JESSICA DE CAMARGO REAOCH  
DIRETORA EXECUTIVA JURÍDICA

LUCIANA MAXIMINO MAIA  
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE  
CONTADORA  
CRC RJ-091476/0-0

**Elektro Redes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras -Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

**COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

PRESIDENTE

ARMANDO MARTÍNEZ MARTÍNEZ

CONSELHEIROS

JUAN MANUEL EGUIAGARAY UCELAY

JOSÉ IZAGUIRRE NAZAR

MARIO JOSÉ RUIZ-TAGLE LARRAIN

VICENTE DONIZETI DOS SANTOS